UFRJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS VERNACULAS

DIADORIM

Revista Diadorim
e-ISSN: 2675-1216
v.27, n.1, e67672, 2025
DOI: 10.35520/diadorim.2025.v27n1a67672

Dossiê

A Retextualização Intersemiótica

Intersemiotic Retextualization

Dennys Dikson

Universidade Federal de Agreste de Pernambuco, Garanhuns, PE, Brasil.
E-mail: dennys.dikson@ufape.edu.br

Resumo

O presente ensaio[1], alinhado aos estudos da Linguísticas Textual (LT), tem o intuito de apresentar uma formalização teórica[-metodológica] daquilo que estamos nomeando de Retextualização Intersemiótica. A partir de uma noção de texto plurifacetada e multimodal – também apoiada na semiótica social –, inerente a uma natureza disposta entre a materialização de múltiplas semioses e seus efeitos de sentidos sociointeracionais, inserimo-nos numa chamada FASE 5 da LT (de perspectiva sociocognitiva-multimodal interacionista), em que os estudos focam primordialmente em análises e investigações de textos que extrapolam aquilo que conhecemos enquanto o "tradicional", voltado apenas ao trabalho com fala e escrita. Nessa conjuntura, apresentamos uma noção de Retextualização que procura ultrapassar o classicamente apresentado na literatura (fala-fala, escrita-escrita, fala-escrita, escrita-fala), abarcando um conjunto mais robusto de modos e recursos semióticos presentes e possíveis nos eventos textuais, além do verbal; com uma proposta teórica para possíveis aplicabilidades em análises e estudos científicos, perpassando pelo detalhamento dos fatores de processamento base, compostos pela transmutação e a condição cognitiva-contextual, e os fatores de

Editora-chefe
Marcia dos Santos Machado Vieira

Recebido: 25/03/2025
Aceito: 20/05/2025

Como citar:
DIKSON, Dennys. A Retextualização Intersemiótica. *Revista Diadorim,* v.27, n.1, e67672, 2025. doi: https://doi.org/10.35520/diadorim.2025.v27n1a67672

[1] Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada em estágio pós-doutoral (2023/2024) no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de São Paulo (PPGL-UNIFESP), sob supervisão da Profª Vanda Maria Elias.

This content is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

processamento textual, através da compreensão texto-base, da topicalidade multimodal e da reformulação e regularização texto-fim.

Palavras-chave:
Retextualização intersemiótica; Texto e sua natureza; Transmutação textual; Teoria.

Abstract
This essay, aligned with Textual Linguistics (TL) studies, aims to present a theoretical [methodological] formalization of what we are calling Intersemiotic Retextualization. Based on a multifaceted and multimodal notion of text – also supported by social semiotics –, inherent to a nature disposed between the materialization of multiple semioses and their effects of socio-interactional meanings, we insert ourselves in a so-called PHASE 5 of TL (from a socio-cognitive-multimodal interactionist perspective), in which studies focus primarily on analyses and investigations of texts that go beyond what we know as "traditional", focused only on working with speech and writing. In this context, we present a notion of Retextualization that seeks to go beyond what is classically presented in the literature (speech-speech, writing-writing, speech-writing, writing-speech), seeking to encompass a more robust set of semiotic modes and resources present and possible in textual events, in addition to the verbal; with a theoretical proposal for possible applicability in scientific analyses and studies, going through the detailing of the base processing factors, composed of transmutation and the cognitive-contextual condition, and the textual processing factors, through the understanding of the base text, multimodal topicality and the reformulation and regularization of the final text.

Keywords:
Intersemiotic retextualization; Text and its nature; Textual transmutation; Theory.

Introdução

Discutir especificamente Retextualização Intersemiótica (RI) implica, antes de qualquer coisa, um diálogo ininterrupto entre os eventos textuais e suas ocorrências em movimentos de partida e de chegada. O que, por sua vez, nos enseja a, preliminar e sinteticamente, apresentar nossa filiação e base de sustentação teórica-conceitual sobre texto, sua natureza e de que maneira os estudos vêm transitando na atual fase da Linguística Textual (LT).

Arrazoar ou tratar de todas os conceitos, definições e formas de enxergar aquilo que conhecemos por eventos textuais dentro da LT, seria colocar um leque muito extenso de pesquisadoras e pesquisadores que, cada qual em sua vertente analítico-metodológica, se posicionam e assumem os acontecimentos textuais. Por conta disso, levaremos em consideração as posições que Dikson (2024) – a partir das reflexões dialogadas que faz entre estudiosos como Marcuschi (2008), Capistrano Júnior e Elias (2019a), Cavalcante *et al.* (2019), Koch (2000), Fávero *et al.* (2021) e Beaugrande (1997) – traz especificamente sobre os pontos levantados.

Além desses autores da área, é muito interessante nos atermos à ideia de que toda ciência necessita de entremeios com outras para poder empreender avanços mais significativos dentro de seu próprio eixo. Essa premissa faz Dikson (2024) realizar uma ponte dialógica com a abordagem da semiótica social hallidayana e seguidores[2] (Halliday, 1978; Hodge; Kress, 1988), a qual defende que todas as maneiras de comunicação vão contribuir para a construção do significado de qualquer evento comunicativo/representativo, não podendo ser entendida da mesma maneira que a comunicação em uma perspectiva da chamada linguística tradicional, focada amplamente na interação verbal, englobando fala e escrita: quaisquer modos possíveis de comunicação e de representação[3] (auditivo, linguístico, gestual, visual, espacial, etc.) devem ser levados em consideração na hora da produção ou interpretação dos significados do texto ou evento comunicativo (Kress, 2010; Kress; van Leeuwen, 2006; Jewitt, 2009).

Dentro desse aparato, no qual enxergamos a LT enquanto lugar primordial de sustentabilidade, e considerando determinadas postulações da semiótica social, vamos compreender o texto[4]

> enquanto evento irrepetível de materialização intersemiótica, ocorrido nas relações socio-histórico-culturais de contextos interacionais situados, através de estratégias enunciativas-multimodais solidárias e interdependentes na produção de unidade de sentido, com a intenção de se atingir determinado propósito comunicativo de significação/representação (Dikson, 2024, p. 07).

[2] Abordagem inerentemente social e funcional em sua orientação. Procura explicar como os indivíduos de uma comunidade linguística-cultural usam/moldam os recursos semióticos para concretizar as linguagens e cumprir o propósito comunicativo dentro de um contexto social específico.

[3] A representação está focada no produtor, em sua história, seu contexto social e em seu interesse pessoal para dar forma material para algum elemento no ambiente por meio de recursos sociais disponíveis. A comunicação, por sua vez, foca na (inter)ação social, na relação social do produtor com os outros em um ambiente social específico, que envolvem relações específicas de poder. A representação é orientada para si, enquanto que a comunicação está orientada para o outro. A representação ocorre em um ambiente social, enquanto que a comunicação constrói um ambiente social (Kress, 2010, p. 51).

[4] O autor faz diversos desdobramentos sobre essa definição, os quais não iremos retomar por não serem foco desta pesquisa.

O autor sintetiza a definição:

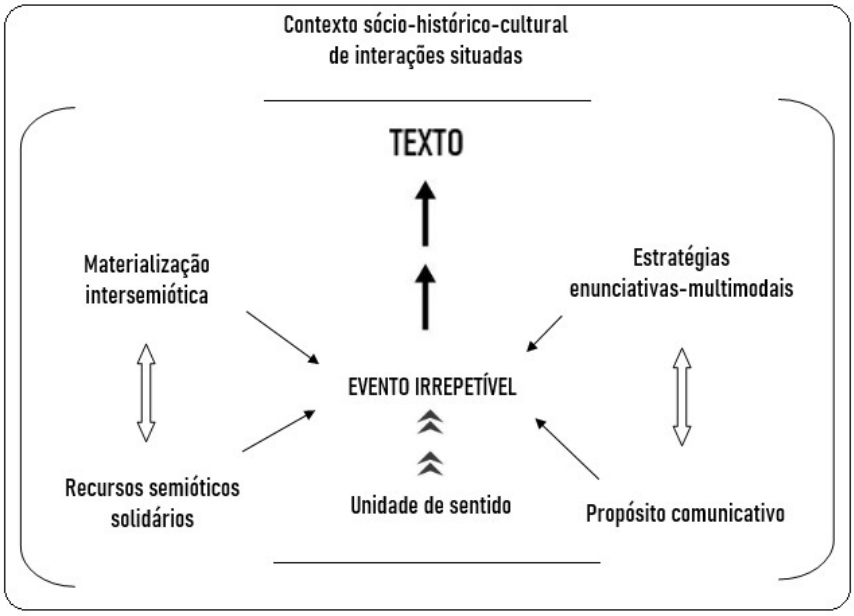

Figura 1. Conceito de texto.
Fonte: Dikson (2024, p. 7)

Após reflexão acerca da conceituação e sua síntese na Figura 1, o autor discute sobre qual seria a natureza do objeto texto, argumentando, para isso, que ela possui um aspecto bifurcado e que "não é única em sua problemática teórica, mas é única e indissolúvel em sua totalidade enquanto ocorrência" (Dikson, 2024, p. 11); ou seja, a natureza do texto comportaria um complexo que une, de um lado, sua própria existência no mundo e, de outro, as suas possibilidades de significações. Complementa o autor que o evento texto só se "realiza dentro do próprio invólucro de sua natureza", em que a possibilidade de ocorrência reside na "ordem indissociável e interdependente entre sua *materialização intersemiótica-multimodal* e sua *produção de sentido histórico-cultural* (Dikson, 2024, p. 11). A ilustração pode ser conferida na Figura 2.

Figura 2. Natureza do texto.
Fonte: (Dikson, 2024, p. 11).

Em conseguinte, o pesquisador projeta uma rápida discussão dos percursos histórico-investigativos da LT no Brasil, trazendo autores que tratam dessas abordagens desde as origens da LT no país, como Neis (1981), Marcuschi (1983; 2008), Fávero e Koch (1983), Fávero e Paschoal (1985), Koch (2003), Koch e Travaglia (1989; 1990), Koch e Elias (2010), Fávero (1999), Capistrano Júnior e Elias (2019a), dentre outros. Como síntese, apresenta a Figura 3 trazida por estes dois últimos autores, detalhando o trajeto histórico-epistemológico dos estudos da área:

FASE 1: LT de perspectiva sintático semântica (anos 60)
FASE 2: LT de perspectiva pragmática (final dos anos 70)
FASE 3: LT de perspectiva cognitiva (Anos 80)
FASE 4: LT de perspectiva sociocognitiva interacional (atualidade)

Figura 3. síntese histórica da LT.
Fonte: Capistrano Júnior e Elias (2019, p. 97).

Conforme detalha o linguista, em todos os estudos mencionados há apontamentos e detalhes de cada uma das 4 fases em que a LT passou ao logo das décadas, e explica que nenhuma dessas etapas temporais sugeriu ou implicou negativa da imediatamente anterior, mas que cada uma delas precisa ser compreendida enquanto degraus de avanços no que concerne aos estudos, aos conceitos, aos métodos, aos objetos, enfim, às teorias.

Assim, a partir das reflexões apresentadas sobre o conceito de texto (Figura 1) e sua natureza (Figura 2), e considerando o "o alto quantitativo de pesquisadoras e pesquisadores que vêm construindo um robusto leque de investigações desde final do século XIX, sempre a partir de textos com múltiplas intersemioses (verbais e não-verbais)" (Capistrano Júnior; Elias, 2019a, p. 97), Dikson (2024) defende que já há um bom tempo estamos inseridos em uma chamada FASE 5 da LT brasileira, com caracterização e perspectiva de abordagem *interacional* de base *sociocognitiva-multimodal*, o que implica a modificação do marco temporal da FASE 4, e acréscimo da FASE 5 a toda essa rede, como ilustram os Quadros 1 e 2:

Quadro 1. Fases da LT

FASE 1: LT de perspectiva sintático semântica (anos 60) FASE 2: LT de perspectiva pragmática (final dos anos 70) FASE 3: LT de perspectiva cognitiva (anos 80) FASE 4: LT de perspectiva sociocognitiva interacional (atualidade)

Fonte: (Capistrano Júnior; Elias, 2019a).

Quadro 2. Acréscimo do marco temporal da FASE 4, mais a FASE 5

FASE 4: LT de perspectiva sociocognitiva interacional (anos 90 a início dos anos 2000) FASE 5: LT de perspectiva sociocognitiva-multimodal interacionista (início anos 2000 – atual)

Fonte: (Dikson, 2024).

É dentro desse aparato teórico rapidamente apresentado – em que vivenciamos uma FASE 5 da LT que abarca infinidades de eventos textuais plurissemióticos em suas ocorrências sociointeracionistas –, que podemos agora fazer uma discussão mais pontual no que concerne a uma proposta de formalização teórica da Retextualização Intersemiótica (RI).

Processos em Retextualização

De início e de uma forma bem genérica, podemos dizer que a retextualização, como o próprio verbete sugere, consiste num movimento de *[re-]textualizar*, ou melhor, em ações que correspondem a uma nova textualização a partir de outra já existente, como uma *passagem,* uma *transformação*, uma *conversão* de um texto em outro. Os estudos acerca do tema, dentro da perspectiva atual, são relativamente novos nas investigações provenientes da LT. Bem no início deste século é que o termo "retextualização" aparece, pela primeira vez dentro da área, no trabalho inaugurado por Marcuschi (2001) que foca especificamente determinadas configurações existentes na passagem fala-escrita.

O autor apresenta diversos aspectos que estão envolvidos nas conversões de textos orais a textos escritos, dividindo-os em *linguísticos-textuais-discursivos*, abarcados em *idealização* (eliminação, completude, regularização), *reformulação* (acréscimo, substituição e reordenação), e *adaptação* (tratamento da sequência dos turnos); e em *cognitivos*, que vão apontar para as questões pertinentes à *compreensão* do texto-base (inferência, inversão e generalização).

Antes desse marco inicial estabelecido pelo autor dentro da LT, o termo retextualização aparece pela primeira vez em 1993, na tese de Travaglia[5] (2003), quando aborda o processo de tradução de uma língua para a outra como sendo uma *retextualização*, isto é, a produção de *novo* texto a partir de um *mesmo* texto que irá interagir dinamicamente com o leitor/ouvinte; para ela, não se trata de "teorizar sobre tradução em termos de transporte de um sentido fixo de uma língua para outra, ou de decodificação" (Travaglia, 2003, p. 26), mas sim de *retextualizar* ou de *re-enunciar*. A autora, dentro dessa perspectiva, propõe tal ação como sendo "uma abordagem da atividade tradutória mais diretamente pelo lado textual" (Travaglia, 2003, p. 61), levando-a a

> discutir preliminarmente o processo de criação de um texto, tendo como lugar de apoio a intenção comunicativa, seguindo-se das etapas de planejamento e elaboração textual e, depois, da revisão do texto produzido, chegando-se a um momento que se considere satisfatória a tradução (Dikson, 2019, p. 24).

Os trabalhos que vieram surgindo no decorrer do século sobre o tema (*cf.* Dell'isola, 2007; Dikson, 2018; 2019; Hebling, 2009; Matencio, 2012; Verceze; Nogueira, 2005, dentre diversos outros)[6], aparecem incondicionalmente marcados pela institucionalização temporal forjada por Marcuschi (2001), sendo então considerado como aquele que funda e que instaura as discussões acerca do tema em nossa área.

Este estudioso vai compreender, então, a retextualização enquanto ação que comporta operações ocorrentes na passagem de um gênero textual-discursivo de uma modalidade da língua (oral ou escrita) para outra modalidade (do oral para a escrita, por exemplo), ou mesmo uma passagem na mesma modalidade (do oral para o oral ou da escrita para a escrita), sendo isso possível de um gênero para o mesmo gênero ou de um gênero para um outro gênero, independentemente da modalidade[7]. Seguindo a mesma esteira, mas focada na produção do texto escrito para o texto escrito em sala de aula, Dell'Isola[8] (2007, p.10) ensina que por "retextualização entende-se o

---

[5] A tese de Neusa Travaglia é de 1993, havendo sua publicação em 2003.

[6] Não temos como trazer todos os estudos que existem sobre retextualização pós-Marcuschi. Apontamos apenas alguns que entendemos como mais conhecidos, entretanto há um número bem robusto de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que possuem a retextualização ou como objeto de estudo ou enquanto lugar de aparato metodológico.

[7] O autor defende que há quatro possibilidades de ocorrer a retextualização: fala-fala, fala-escrita, escrita-escrita, escrita-fala.

[8] A autora faz seu estudo tendo como base os dispositivos teóricos e as variáveis construídas por Marcuschi (2001); para tal, apresenta um caminho metodológico, que ela chama de "tarefas" (a leitura, a compreensão, a identificação do gênero, a retextualização, a conferência, a identificação e a reescrita, (Dell'Isola, 2007, p. 41) para aplicação da retextualização na escola.

processo de transformação de uma modalidade textual em outra, ou seja, trata-se de uma refacção e reescrita de um texto para outro, processo que envolve operações que evidenciam o funcionamento social da linguagem".

Também utilizando Marcuschi (2001) como base, Dikson (2018; 2019) traz o entendimento de que a retextualização seria um ato ou efeito de re-produzir[9] textos, enquanto reconstrução de um determinado gênero textual-discursivo a partir de um outro; ou melhor seria "um movimento de ação textual mutacional de gêneros" – existe "uma produção de texto já pronta" e vai se "re-produzir este mesmo texto, mantendo seus tópicos principais, em uma outra formatação social, em outro gênero". Seriam ações que se refletem em "produzir um texto-fim a partir de um texto-base" (Dikson, 2019, p. 42), em um movimento que envolve inúmeros aspectos cognitivos.

Para sustentar essas designações, o autor propõe um quadro específico daquilo que chama de retextualização *escrita-escrita* aplicada em análises de produções realizadas dentro do ambiente escolar:

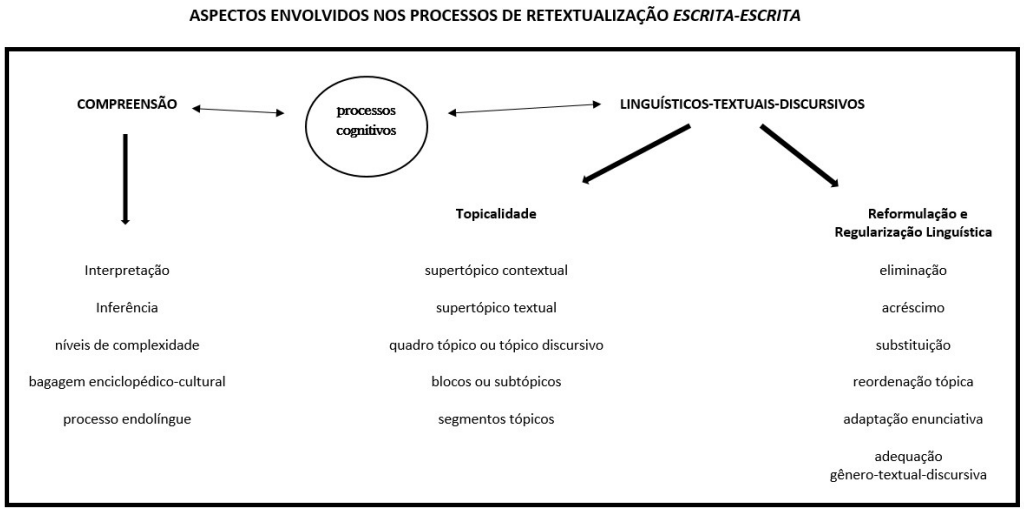

Figura 4. Quadro *escrita-escrita.*
Fonte: Dikson (2019, p. 32)

Como se observa na Figura 4, o autor, tendo os *processamentos cognitivos* como lugar-núcleo de interseção, apresenta os movimentos de *compreensão* (através da interpretação, da inferência, dos níveis de complexidade, da bagagem enciclopédico-cultural e do processo endolíngue) como sendo as ações prévias à própria escrita da retextualização pelos alunos, considerando que compreender o texto-base[10] é condição necessária para que o estudante consiga realizar a atividade de retextualizar;

[9] Em Dikson (2019), o autor defende que re-produzir teria praticamente o mesmo sentido que retextualizar.

[10] No decorrer deste trabalho, utilizamos gênero-base, base, inicial ou de partida para se referir a texto-base; e gênero-fim, final, fim ou de chegada para se referir a texto-fim.

e os *linguísticos-textuais-discursivos*, que são constituídos pela *topicalidade* (supertópico contextual, supertópico textual, quatro tópico, subtópicos e seguimentos tópicos), entendida enquanto eixo central de ideias, de assuntos [com seus desdobramentos] e de blocos temáticos que realizam a mediação entre a compreensão do texto inicial e a escrita do texto-fim; e pela *reformulação e regularização linguística* (eliminação, acréscimo, substituição, reordenação tópica, adaptação enunciativa, adequação gênero-textual-discursiva), a qual se constitui como sendo o ato de realizar o texto ou as ações de fato práticas das retextualizações nas atividades escolares.

Trazida essa breve sumarização do estado da arte, é relevante nos atermos a uma interessante constatação: possuímos um panorama teórico-metodológico acerca da retextualização no Brasil – considerada, repetindo, como um viés investigativo da LT inaugurado no início deste século – que perpassa por formatações específicas de uma teoria construída da fala para a escrita (Marcuschi, 2004) e de uma outra que afunila para a passagem da escrita para a escrita em sala de aula (Dikson, 2018; 2019). Não temos conhecimento da existência, por exemplo, de um quadro teórico detalhado e com definições específicas voltado à passagem da fala para a fala ou da escrita para a fala[11]; ou mesmo de um arcabouço que abarque os processos de retextualização a partir de textos que mesclem o verbal e o não verbal ou de textos que sejam constituídos apenas de imagens ou gestos ou sons, etc., e que não possuam elementos verbais.

É essa lacuna que aqui estamos a formalizar. A ideia é refletir acerca de dispositivos teórico-metodológicos que possam ser compreendidos, utilizados e aplicados em processos de retextualização consistentes do diálogo entre textos enquanto eventos constituintes de múltiplas imbricações de modos e semioses. O lugar primordial que almejamos é a tentativa de abarcar o máximo de materializações intersemióticas que os eventos – em suas textualidades multifacetadas – possam carregar nas interações situadas a partir dos enunciados multimodais de sua constituição. Seria, pelo menos em tese, uma teorização geral[12], que vamos denominar de Retextualização Intersemiótica e que possa se firmar enquanto aplicabilidade mais conjuntural com foco no máximo de ocorrências dentro da compreensão do texto-base, dos aspectos de topicalidade nos movimentos de transformação e passagem, e da realização do texto-fim. Vamos, então, à proposta.

---

[11] Na verdade, em artigo publicado recentemente, Lima e Zani (2024, p. 5) realizam apontamentos em um ensaio inicial – a partir de Marcuschi (2004), Dikson (2019) e Dolz, Schneuwly e Haller (2004) –, montando um quadro chamado "Aspectos de retextualização da escrita para a fala", que contempla aspectos linguístico-textual-discursivos e não-linguísticos, aplicando determinadas categorias em análises na retextualização de fábulas escritas para fábulas teatralizadas em sala de aula; e utilizam, para tanto, um modelo didático do gênero fábula teatralizada com ampliação para a segunda geração das sequências didáticas, chamada de itinerário didático.

[12] Não há qualquer intenção em esgotar o assunto, até porque seria algo impossível. O que se espera é que essa "teorização geral" possa suprir a falta que possuímos de fundamentação e, ao mesmo tempo, abrir espaços para mais discussões científicas com especificidades individualizadas, como, por exemplo, algo individualizado acerca da escrita-fala ou fala-fala ou imagem-escrita ou gesto-som, etc.

Construindo um quadro teórico

Preliminarmente, embora pareça ser muito trivial, é preciso que se firme a seguinte premissa: só há uma única possiblidade de ocorrer o que conhecemos por retextualização[13], que é durante aquilo que nomeamos como *passagem*, *transformação*, *conversão*, *recodificação* ou – tecnicamente – transmutação[14] de um texto em outro texto[15], mantendo-se aquilo que vamos chamar de essência ou, melhor dizendo, de topicalidades mais acentuadas do base no fim. O que significa dizer que o processo só ocorre se ambos (o de partida e o de chegada) forem reconhecidos como textos[16].

Asseverar que na RI se mantêm a essência e/ou as topicalidades mais relevantes do texto-base, nada mais é do que dizer que o conjunto e/ou as unidades de significação mais prementes – dispostos, por sua vez, nas múltiplas semiologias e seus respectivos contextos que se montam e se fazem significar no texto-base –, possam, pelo menos em parte, ser identificáveis enquanto texto-fim, a tal ponto que haja viabilidade de se afirmar que "este *novo* texto foi produzido a partir *daquele outro texto*, tendo em vista que suas ideias e formatações mais determinantes podem ser reconhecidas". Isso nos faz atestar, indubitavelmente, que o gênero final retextualizado não é (e nunca poderá ser!) uma mera imagem do gênero inicial ou uma tentativa de sê-lo, mas sim uma manutenção ou preservação de determinados elementos topicalizadores de sentido que remontam uma parte[17] da significação deste, de forma que seja plausível sinalizar que, de fato, ocorreu a processualidade do retextualizar.

---

[13] É muito relevante destacar uma questão referente à denominação ou nomenclatura de termos: dizer retextualização ou Retextualização Intersemiótica é absolutamente tratar do mesmo assunto. Levando em consideração toda discussão apresentada acerca do conceito de texto e de sua natureza, é imprescindível apreendermos que toda e qualquer retextualização será, *prima facie*, multimodal-intersemiótica – não se pode fugir da própria essência das textualidades que compõem os eventos, os enunciados. No entanto, mesmo que teoricamente entendamos um tanto que pleonástico, adotaremos nesse "novo" quadro teórico a expressão "Retextualização Intersemiótica" para que se evite qualquer tipo de reducionismo das ações textuais ao campo exclusivamente verbal.

[14] Entendida enquanto tradução intersemiótica, nos termos que mais adiante detalharemos.

[15] Não é qualquer transformação seja de qual for a escrita, a fala, o som, a imagem, o gesto ou o espaço que pode ser entendida enquanto uma retextualização; de forma alguma. Esses conjuntos de recursos semióticos precisam ser previamente considerados como **texto:** é condição que sejam textos tanto a ocorrência de base quanto a de fim, para que se possa dizer que houve uma processualidade em retextualização; ou seja, se qualquer uma das ocorrências representativas não for compreendida como texto, não há o que se falar em retextualização.

[16] Não podemos esquecer que estamos situados na Linguística Textual.

[17] Sempre e sempre será remontada apenas **uma parte** aproximada da significação de qualquer que seja o texto-base em qualquer que seja o texto-fim, exatamente pelos argumentos já apresentados: são ocorrências sociais (gêneros) particularizadas e situadas em diferentes contextos de interações humanas, enquanto estratégias-enunciativas multimodais únicas.

Nessa sistematização organizadora, vamos observar que ambos os textos carecem ser percebidos enquanto materializações em múltiplos modos de comunicação e representação (como verbais, visuais-imagéticos, sonoros, gestuais, espaciais, etc.), sempre enquanto conjuntos topicalizadores organizados de recursos semióticos que dizem respeito às *ações, materiais e artefatos*[18] que utilizamos nas interações sociocomunicativas humanas, seja na percepção do texto de partida ou na produção do de chegada[19], o que vai comportar diversos graus de complexidades cognitiva e [con]textual.

Dessa forma, propomos uma formalização teórica enquanto abordagem científica na qual o máximo de imbricamentos sígnicos em suas multimodalidades textuais, dentro de contextos socioculturais específicos de realização, possam ser levados em consideração nos estudos, pesquisas, investigações, análises, adaptações teóricas e avanços da área. Para tanto, sugerimos um quadro de aspectos, processos e dispositivos teóricos[-metodológicos] em Retextualização Intersemiótica, os quais detalhamos:

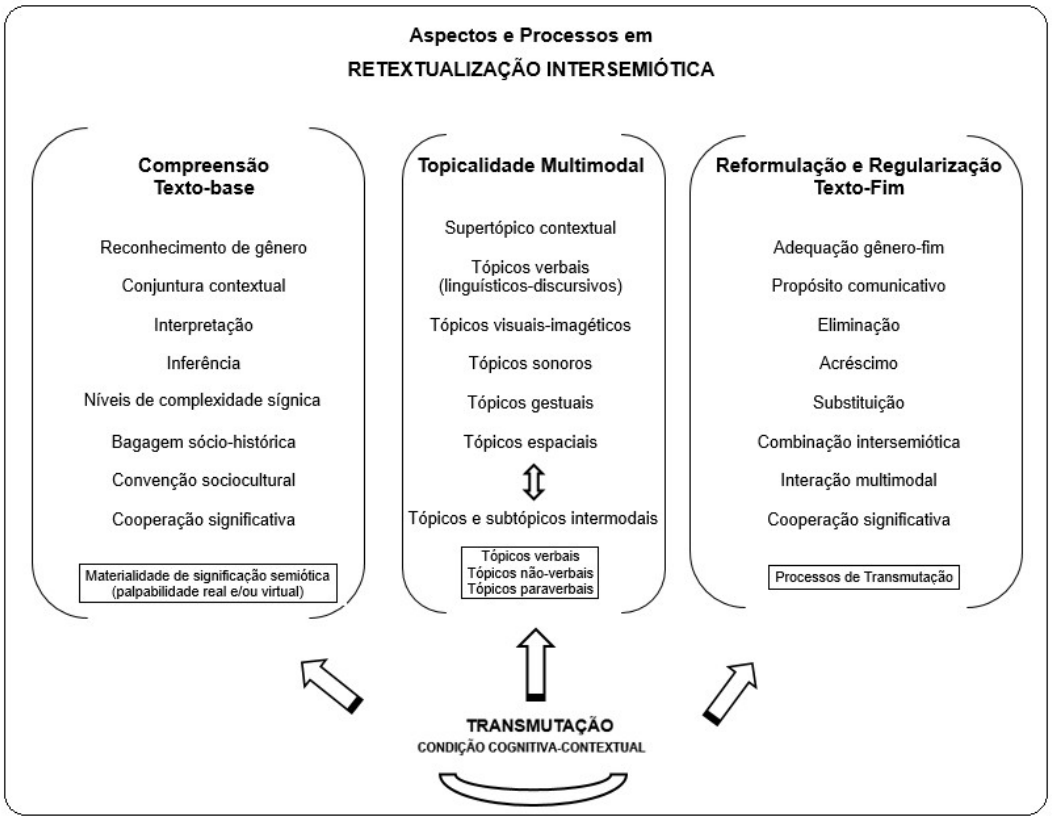

Figura 5. Quadro RI – Aspectos e processos em Retextualização Intersemiótica.
Fonte: elaboração do autor.

[18] Retiramos esses três termos de Leeuwen (2005).

[19] Texto-base ou gênero-base é o texto de partida, de saída, aquele que se pretende retextualizar; o texto-fim ou gênero-fim diz-se do texto a de chegada, da própria retextualização produzida a partir do base. O texto, nesse sentido, é a própria materialização do evento; e o gênero, a configuração ou "acordo" social que esse evento pode ganhar a depender do contexto sócio-histórico-cultural.

Aspectos de constituição

Ordenemos as reflexões do quadro constante da Figura 5 de forma mais didática possível para que possamos melhor compreendê-las. Os aspectos de constituição em RI vão se subdividir naquilo que entendemos por *FATORES DE PROCESSAMENTO BASE e FATORES DE PROCESSAMENTO TEXTUAL.* Os fatores de processamento base comportam a *tradução intersemiótica ou transmutação* e as *condições cognitivas e contextuais*; e os fatores de processamento textual dizem respeito à *compreensão texto-base,* à *topicalidade multimodal* e à *reformulação e regularização texto-fim.* Vejamos, em forma de quadro na Figura 6:

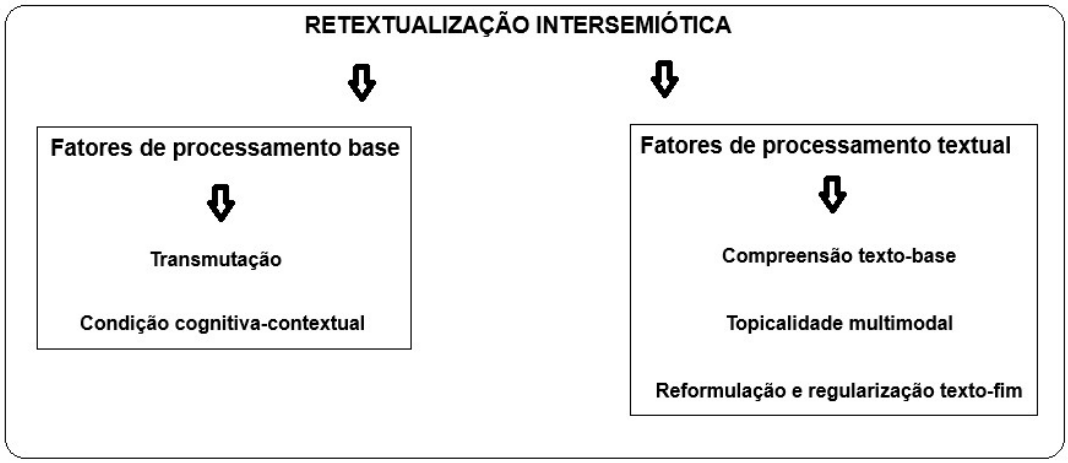

Figura 6. Aspectos de constituição da RI.
Fonte: elaboração do autor.

Fatores de processamento base

Os fatores de processamento base são designados por aquilo que se situa na estrutura alicerçante, enquanto pilar da própria ocorrência e realização da RI, agindo de fato como sustentabilidade de toda processualização existencial, em um diálogo constante entre aquilo que apontamos como *tradução intersemiótica* ou *transmutação* e as *condições cognitivas* e *contextuais*. Esses movimentos – a *transmutação*, a *cognição* e o *contexto* – são as sistematizações-chave sem as quais não seria possível ocorrer qualquer mecanismo de retextualizar, isto é, os próprios princípios de textualização desse procedimento seriam inexistentes. Detalhemos.

Tradução Intersemiótica ou Transmutação

O primeiro fator teórico de processamento base se direciona às questões relativas à transmutação, tendo em vista que todos e quaisquer aspectos e processos em

retextualização dizem respeito a sistematicidades de traduções intersemióticas[20]. Por conta disso, posicionamo-nos no sentido de que a RI é – no cerne mais interno da própria teoria – uma atividade[21] de transmutação[22] que envolve altos graus de complexidade cognitiva-contextual e sócio-histórico-cultural situados.

Foi o linguista russo Roman Jakobson quem primeiro dividiu e classificou os tipos de tradução realizados nas mais diversas práticas de compreensão de significados da linguagem. Para ele, há três formatos de interpretação de um signo verbal: "traduzido em outros signos da mesma língua, em outra língua, ou em outro sistema de símbolos não-verbais", e apresenta a seguinte divisão:

> 1) A tradução intralingual ou *reformulação* (rewording) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua. 2) A tradução interlingual ou *tradução* propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua. 3) A **tradução inter-semiótica ou *transmutação*** consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais (Jakobson, 1975, p.64-65, grifo nosso).

O autor formula, na verdade, um importante fundamento da tradução pensada enquanto teoria da interpretação, tendo em vista que, para ele, "o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por outro signo" (Jakobson, 1975, p. 64); e continua: "Nenhum espécime linguístico pode ser interpretado pela ciência da linguagem sem uma tradução dos seus signos em outros signos pertencentes ao mesmo ou a outro sistema" (Jakobson, 1975, p. 66). Ainda afirma que as traduções só são possíveis como "transposição criativa", e, no caso da transmutação, efetiva-se

[20] Marcuschi (2004) já dava indicações iniciais afirmado que na retextualização existe uma espécie de tradução endolíngue que carrega uma complexidade muito alta. Dikson, (2018, 2019), por sua vez, endorsa essa posição, mostrando que acontece de fato um processo de tradução endolíngue focado na re-produção de um texto-base em um texto-fim. Outro trabalho interessante nesse aspecto é o de Cavalcanti (2019), que realiza uma pesquisa voltada à tradução intersemiótica em sala de aula, focando em análises de retextualizações, produzidas pelos alunos, de um poema narrativo para um cartum, utilizando, para tanto, o *resumo esquemático* como sendo, em suas palavras, um "gênero-meio".

[21] Toda retextualização é um procedimento de transmutação, enquanto que nem toda tradução intersemiótica pode ser entendida como uma retextualização. Para que esta aconteça, os parâmetros teóricos e conceituais precisam estar presentes. Não é qualquer tradução que tem a possiblidade de ser chamada de retextualização, exatamente porque esta implica, necessariamente, a transformação de um texto em um outro texto. Nem tudo que é transmutado pode ser considerado texto. É o campo teórico quem o define.

[22] Não levaremos em consideração nesta pesquisa a ideia de transmutação apresentada por Bakhtin (1997), o qual emprega o termo "transmutar" enquanto instância de transformação pela qual os gêneros primários passam ao ser inseridos nos gêneros secundários; a título de ilustração, o autor menciona a inserção da réplica de um diálogo cotidiano em um romance. Essa noção diverge completamente daquela que aqui nos filiamos, que é a ideia de transmutação a partir do que propõe Jakobson (1975) e, bem posteriormente, Plaza (2003).

"de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal para música, a dança, o cinema ou a pintura" (Jakobson, 1975, p. 72).

Já para Plaza (2003) – e, indubitavelmente, concordamos com ele –, qualquer ato de tradução vai sempre extrapolar o limite linguístico; e vai depender de outros sistemas de signos para, de alguma forma, se realizar concretamente. O estudioso se aproxima das postulações de Jakobson (1975), entretanto apresenta um escopo de dimensionamento teórico bem mais alargado, e vai entender que, além da tradução do verbal para outros signos, a transmutação passa a ser também uma transação criativa entre as diferentes linguagens ou sistemas de signos.

Tal entendimento dimensiona e amplia de forma robusta o leque teórico[23] em todas as direções possíveis. Isso porque, agora, não se compreende a transmutação apenas quando do verbal para outros signos – como defende Jakobson (1975) –, mas, também, de outros signos para o verbal ou de outros sistemas sígnicos entre si mesmos e que não sejam oral/escrito.

Assim, assimilamos as ações de retextualizar, de fato, enquanto disposições que vão seguir o mesmo caminho da tradução intersemiótica defendida por Plaza (2003, p. 71), na incessante busca de "penetrar pelas entranhas dos diferentes signos". Seriam, esses processos de transmutação em RI, uma espécie de transformação e mutação de semioses, aproximando-se como uma das formas, maneiras ou recursos de *recodificar*; esta – a recodificação – entendida, conforme Plaza e Tavares (1998, p. 195), na qualidade de expediente que diz respeito à transferência de um sistema de pensamento para outro, partindo-se de algo já codificado, já criado; suportando, por si mesmo, o poder de metacriação (criação a partir de) ou uma representação de representação; mudanças de linguagens no decorrer das transformações.

Condição cognitiva-contextual

Visto o primeiro, caminhemos aos próximos fatores de processamento base. As *condições cognitivas* são voltadas às ocorrências da ordem do conhecimento e suas habilidades na conjuração dos eventos textuais que vão participar do processo. Koch assegura que, numa perspectiva cognitiva, o texto é resultado da ativação de processamentos mentais e se origina a partir de múltiplas operações interligadas. Ela explica:

> um princípio básico da Ciência Cognitiva é que o homem representa mentalmente o mundo que o cerca de uma maneira específica e que, nessas estruturas da mente, se desenrolam determinados processos de tratamento, que possibilitam atividades cognitivas bastante complexas. Isto porque o conhecimento não consiste apenas em uma coleção estática de conteúdos de experiência, mas também

[23] Podemos exemplificar essa ampliação de Plaza (2003) como sendo uma adaptação teórica-conceitual.

> em habilidades para operar sobre tais conteúdos e utilizá-los na interação social (Koch, 2003, p. 37).

Como se observa, as condições cognitivas dos indivíduos não dizem respeito apenas à "coleção" de conteúdos e experiências, mas também às habilidades de processá-los e operá-los, bem como saber lidar com sua utilização nas interações sociais. Segundo Capistrano Jr. e Elias (2019a), a dimensão cognitiva precisa levar em consideração os conhecimentos, as crenças, as experiências dos sujeitos e de que maneira dizem e compartilham esses saberes, sendo constituída dentro das interações e incorporando as condições socioculturais.

Essas condições se situam como um dos sustentáculos da base na realização da RI, exatamente porque constituem-se das aprendizagens, conhecimentos e saberes absorvidos nos ambientes socioculturais dos sujeitos, e como estes lidam com as habilidades de manejar, nas interações humanas, esse complexo de artefatos, através, por exemplo, das capacidades de raciocínio, pensamento, memória, emoção, intelecto, etc.

O último piso sustentatório da base são as *condições contextuais*, fator este que parece ser o mais determinante em relação às edificações dos sentidos necessários à compreensão do texto de partida, à produção do texto-fim e aos desenhos tópicos que cada um deles possui. Koch e Elias defendem

> uma concepção de contexto que põe em saliência o que os sujeitos possuem como modelos mentais ativados na interação, considerando que esses modelos dizem respeito a como essas representações ocorrem no plano das relações entre os sujeitos social, história e culturalmente situados. Assim, o contexto não se restringe ao contexto linguístico entendido como o que antecede ou sucede determinada fração textual; também não se limita ao que se concebe como situação imediata ou mediata pensada em termos de uma micro ou macrossociologia, respectivamente, nem se trata apenas do que os sujeitos armazenam na memória como resultado de suas experiências, abstraindo-se os traços sociais e culturais, mas, sim, de uma conjunção de elementos de ordem linguística, cognitiva e social (Elias, 2016, p. 38).

Como se percebe, a dinamicidade do contexto faz ele mesmo ser (re)desenhado, (re)pensado, (re)idealizado e (re)ajustado durante qualquer tipo de acontecimento textual nas reciprocidades sociais, tendo em vista que as experiências culturais, os conhecimentos e as inter-relações pessoais que cada indivíduo constrói são absolutamente particularizadas, e é por isso que a cada interação humana ocorrida, renova-se, remodela-se e atualiza-se o contexto.

Fechando os processamentos base, defendemos que são os conhecimentos e os saberes nas/das experiências culturais humanas (a cognição), dentro de invólucros conjunturais sócio-historicamente situados (os contextos), as condições que permitem o sujeito ativar determinados recursos necessários à realização de todo e qualquer processo de *transmutação*, dentro dos limites daquilo que estamos compreendendo como RI.

Fatores de processamento textual

Passemos agora aos fatores de processamento textual que, conforme se observa do Quadro RI, dizem respeito aos aspectos e processos de *compreensão do texto-base*, de *topicalidade multimodal* e de *reformulação e regularização texto-fim*.

Compreensão texto-base

Compreender o texto-base é condição *sine qua non* para qualquer tipo de ação referente ao processo de retextualizar. Conforme aponta Marcuschi (2001), antes de qualquer tipo de transformação textual acontece a atividade cognitiva de compreensão, sem a qual aparecem muitos problemas dentro dessas atividades. Nessa mesma linha, Dikson (2019, p.44) vai dizer que dentre os aspectos da retextualização, a compreensão é "o pressuposto fundante anterior e concomitante aos próximos passos na re-produção de qualquer gênero". As processualizações cognitivas a partir da reflexão teórica sugerida no Quadro RI seriam:

- **Reconhecimento de gênero:** a materialização textual nas relações de conjuntura sócio-histórico-cultural humanas transfigura-se em gêneros textuais-discursivos ou gêneros de linguagens, são as "convenções do gênero ('acordo social') cabível naquela situação" (Bezerra, 2017, p. 37). Assim, o reconhecimento do texto-base a partir de sua função social e propósitos comunicativos, é o primeiro aspecto cognitivo que tem o papel de "abre alas" aos de compreensão: é preciso saber de que gênero se trata.
- **Conjuntura contextual:** já trouxemos anteriormente as proeminências contextuais enquanto fundamento de base à RI. Aqui, porém, afunilando às questões específicas do texto de partida, vamos entender que suas condições de produção e de sentido, enquanto conjuntura contextual, são as circunstâncias que determinam de que maneira vão ocorrer ou em que direção podem apontar as possibilidades de compreensão.
- **Interpretação:** é basicamente ação, efeito, causa e consequência do estabelecimento das relações de percepção, explicação e sentido que ocorrem nos múltiplos recursos semióticos que o gênero inicial vai comportar, movimentos que encaminham o sujeito – de forma estrita – à produção situada de

sentido daquele determinado texto. Sobre o assunto, Dikson (2019) vai dizer que a interpretação pressupõe *(i)* apresentar possibilidades de significação; *(ii)* deslocar e estabelecer sentidos; *(iii)* explanar análises críticas patentes e subjacentes ao texto; *(iv)* entender e captar conhecimentos e pluralidades das múltiplas intenções possíveis ao texto; e *(v)* exercer reflexão discursiva dos processos sócio-histórico-culturais que subjazem ao texto.

- **Inferência:** concerne a um mecanismo de dedução através de pistas, sinais e vestígios, ativado no contato com o texto-base e seus recursos multimodais situados; pode se confundir com a própria interpretação, pois, para inferir, é necessário interpretar e vice-versa. A inferência, portanto, é assimilada enquanto *(i)* um ato ou um efeito de deduzir algo por meio de raciocínio; *(ii)* possibilidade de ilação; e *(iii)* raciocínio concluído ou desenvolvido a partir de premissas e de indícios (Dikson, 2019).
- **Níveis de complexidade sígnica:** tratam-se de operações cognitivas de funcionamento a partir dos níveis semiológicos da compositura do evento-base: se houver menos recursos semióticos atuando no texto (como em um pequeno *recado* escrito deixado na porta da geladeira ou numa breve afirmação oral de alguém dizendo *estou com fome*), a complexidade para a compreensão possuirá um grau "menor" e "mais básico"; em havendo mais multimodalidades intersemióticas solidárias e interdependentes agindo (como em charges, memes, hipertextos ou textos imagético-visuais), a depender do contexto, os grau de complexidade à compreensão e abstração tendem ser mais "elevados". Conforme pontua Dikson (2019), os níveis de complexidade sistematizam-se no estabelecimento [ou não] da coerência entre os componentes textuais-discursivos que necessitam funcionar entre si, dentro de numerosas relações de interdependência que possuem, isto é, para compreensão do gênero de partida, tal expediente demonstra estar diretamente relacionado com a dialogicidade de suas organizações sígnicas internas, externas e contextuais.
- **Bagagem sócio-histórica:** diz respeito àquilo que adquirimos, absorvemos e incorporamos no decorrer da vida no que diz respeito a técnicas, conteúdos, experiências sociais/escolares/acadêmicas/culturais, dentro das relações de encadeamento histórico-contextual que o texto-base nos permite acessar. É como se fosse todo conhecimento que angariamos em vida, nos mais plurais e diversos *locus* socioculturais que tivemos contato. A bagagem sócio-histórica, portanto, preenche a lente pela qual interpretamos, inferimos e enxergamos os sentidos e efeitos de sentidos a fim de formatar possibilidades de compreensão nas ocorrências textuais.

- **Convenção sociocultural:** enquadra-se enquanto uma aresta das condições contextuais relacionadas especificamente com os gêneros envolvidos no procedimento, ou seja, concerne a normas, comportamentos e "acordos" socioculturais atuantes como pano de fundo tanto para a constituição do texto-base, quanto para a realização da RI.
- **Cooperação significativa:** é um mecanismo associativo, dentro de seu respectivo contexto, que se move através da combinação, da contribuição e da parceria dos modos em seus vários recursos semióticos no texto-base; o que significa dizer que tais dispositivos semiológicos – orquestrados em tópicos – só conseguem permitir a unidade de significação do gênero de partida, se forem articulados em coparticipação: mesmo que haja diversas topicalidades, é na solidariedade cooperativa que significações, sentidos e efeitos de sentido emergem.

Topicalidade multimodal

Refletir sobre topicalidade dentro dos processos de RI é apropriar-se de todo um entrecruzamento multimodal – emergentes de diversas naturezas – que funciona em constante diálogo entre a *compreensão base* e a *regularização e reformulação fim.* Isso porque não estamos tratando aqui de sequencializações ou hierarquizações de organização tópica em um evento textual específico, mas sim de como a transmutação acontece [ou pode acontecer] quando determinadas topicalidades que estão presentes no gênero de saída ganham diferentes contornos e recursos semióticos em outras novas que se materializam no de chegada.

A partir da disposição apresentada no Quadro RI, entendemos que esses movimentos tópicos se sustentam solidariamente em verbais, não-verbais e paraverbais, enquanto tópicos [e sub/segmentos tópicos] intermodais que podem ocorrer em disposições semióticas verbais, visuais-imagéticos, sonoras, gestuais, espaciais, etc., dentro de uma contextualização específica, chamada de supertópico contextual – é no deslocamento dialógico dentro da cinesia entre os gêneros base e fim que essas [trans] mutações irrompem no processo, e é exatamente por isso que as topicalizações são, de fato, o eixo em que toda complexidade de ida e vida dos eventos textuais se sustenta.

Tratar da noção de tópico é falar, em primeiro lugar, dos importantes estudos em que Jubran *et al.* (1996) procuram, dentro de uma descrição textual-interativa do português falado, estabelecer traços definidores de uma categoria que fosse operacionalizável para as investigações acadêmicas com segurança e objetividade. Chegam, então, à categoria de *tópico discursivo,* sendo apreendido como "aquilo do que se está falando" (o *acerca de*) em determinada "conversação[24], mediante enunciados

[24] Todos esses estudos foram focados na oralidade, na conversação, ouvinte/falante.

formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem" (Jubran *et al.,* 1996, p. 360-1). Ou seja, "na linguagem comum, ***tópico*** é, portanto, ***aquilo sobre o que se fala***" (Koch; Elias, 2010, p. 173, grifo das autoras), enquanto "um princípio organizador do discurso" (Lins, 2008, p. 16).[25]

Conforme proposto por Jubran et. al (1996), há duas propriedades que definem a categoria "tópico": a de *centração* e a de *organicidade.* Na propriedade de *centração* – que significa "falar-se de alguma coisa" (Lins, 2008, p. 15) –, há os traços de

> a) ***concernência*:** a relação de interdependência semântica entre os enunciados – implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem – pela qual se dá sua integração no referido conjunto de referentes explícitos ou inferíveis; b) ***relevância:*** proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos; e c) ***pontualização:*** localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem. (Jubran *et al.*, 1996, p. 361-362, grifos nossos).

Fávero (1997, p. 40), discutindo essa a questão, ensina que "A centração norteia o tópico de tal forma que, quando se tem uma nova centração, tem-se um novo tópico". A topicalidade se mostra, então, como um princípio organizador e não apensas de conteúdo, apresentando no plano de sua realização uma estrutura passível de identificação e análises. A outra propriedade, a *organicidade*, se manifesta nas relações de

> interdependência que se estabelecem simultaneamente em dois planos: **hierárquico**, conforme as dependências de super-ordenação e sub-ordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto; no plano **sequencial**, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacências ou interposições na linha discursiva (Jubran *et. al.*, 1996, p. 361-2, grifos nossos).

Capistrano Júnior *et al.* vão defender que a topicalidade é um princípio cognitivo-interativo de natureza textual, que norteia os processos de produção e recepção de textos; continuam explicando que a análise da topicalidade tem sido focada normalmente em "textos da mídia tradicional", e, por isso, reclamam mais atenção aos textos da *Web*, que são "marcados pelo poligerenciamento, pela interatividade e

[25] Essa topicalidade, como lugar operacionalizável dentro das investigações científicas, defendida, a princípio, por de Jubran et. al. (1996), e assegurada por diversos outros trabalhos, como os de Fávero (1997), Koch (2000), Lins (2008), Koch e Elias (2010), Dikson (2018; 2019), (Cavalcante *et al.,* 2010), Capistrano Júnior e Elias (2019a), Capistrano *et al.* (2019), vem ganhando estatuto analítico de dimensões e perspectivas textuais nas diversas esferas de ocorrência, em pesquisas na LT.

participação, pela poligenericidade e politematicidade, pela convergência de mídias e de linguagens", mostrando-se em novos contornos, pontos esses que têm "levado estudiosos do texto a repensarem o quadro teórico-metodológico da LT" (Capistrano Júnior *et al.*, 2019, p. 166).

Assim como se posicionam Capistrano Júnior *et al.* (2019), também vamos no direcionamento de que é necessária a busca, pelos pesquisadores da LT, em repensar determinados quadros teórico-metodológico para que gêneros de diversas formatações e naturezas[26] possam ser estudados a partir de sua topicalidade, especialmente porque, em se tratando de RI, a processualidade tópica é o núcleo executor de partida e de chegada, ou seja, é o centro-motor de todos os transcursos da re-produção.

Essa busca necessária nos faz, de fato, poder reconhecer que, em vários momentos, a utilização adaptativa da teoria que possuímos – criada para estudos de textos orais e/ou escritos –, não possui fôlego suficiente a alguns estudos, a depender dos eventos textuais investigados; e é por isso que uma outra forma de orquestração precisa ser executada, ou seja, se existe uma teoria nascida com foco no trato de textos exclusivamente verbais, e essa determinada fundamentação não dá conta de alguns objetos que se pretende estudar, é preciso, então, (re)definir e (re)conceituar seus termos, categorias e aspectos principais, com o fim de abarcar outras formas e ocorrências multimodais (sem o verbal ou mesclando o verbal e outros modos)[27].

Portanto, a partir dessa reflexão, bem como dos fundamentos iniciais de sustentação sobre o tema, vamos compreender **os aspectos de topicalidade** enquanto *aquilo sobre o que se fala ou se refere ou se infere*, a partir de deslocamentos que ocorrem nas materializações dos eventos – em suas conjunturas específicas –, gerando interligação recíproca de recursos semióticos, temas, remas, assuntos, referentes, objetos de discurso[28] e apontamentos internos, externos e contextuais; se mostrando dentro de uma cadeia sistemática que possibilita "dividir" e "subdividir" o texto em uma ou várias topicalidades intersemióticas, em funcionamento recíproco e dialógico, fazendo emergir sentidos e efeitos de sentido, possibilidades de significação mútua.

[26] A natureza do gênero que estamos aqui mencionando diz respeito ao lugar de nascimento social, ou melhor, onde ele ocorre, seja em uma tela, um livro, uma lousa, uma parede, um caderno, um aceno, um pensamento, um ebook, um grito, uma poesia, e assim infinitamente.

[27] *Princípio da adaptação teórica-conceitual.*

[28] No sentido proposto por Mondada e Dubois (1995).

Dessa forma, utilizando o *princípio da adaptação teórica-conceitual*[29], no que diz respeito à centração e organicidade[30], acrescentamos o seguinte:

1. no tocante à ***centração,*** que é o "falar-se de alguma coisa" (Lins, 2008, p.15) ou *centrar-se em algo*, precisamos entender que, dentro da noção de texto que assumimos neste trabalho, a centração só permite a possibilidade de ser identificável, especialmente em eventos compostos por múltiplas semioses que não apenas verbal[31], por exemplo, a partir da junção, interdependência ou solidariedade de mais de um recurso semiótico, ou, dentro daquilo que estamos discutindo, de mais de um segmento tópico multimodal[32] – são essas relações interativas e constituintes do próprio evento que permite esta ou aquela centralidade tópica. Vejamos seus traços constituintes:

- a ***concernência:*** não vamos compreender esse aspecto como qualidade de interdependência semântica entre os enunciados, como postulam Jubran *et al.* (1996), mas enquanto relações de conexão, acoplamento e concatenação na interdependência semântica entre os recursos semióticos ocorrentes no texto; a integração das "partes" que, juntas, dão vida ao enunciado. A concernência, portanto, nessa ótica em que estamos inseridos, é o lugar de conexão desses referentes explícitos ou inferíveis – e não entre os enunciados – a partir daquilo que cada semiose, ou o seu conjunto, pode apontar;

[29] O *princípio da adaptação teórica-conceitual* é essa (re)definição e (re)conceituação de que falamos logo acima. Por sua vez, *o princípio da adaptação teórica-aplicada e/ou teórica-metodológica* se refere à aplicabilidade no que diz respeito especificamente a análises e/ou a metodologias de textos multimodais-intersemiótico a partir de uma determinada teoria já existente e criada originalmente para textos verbais.

[30] Em Pinheiro e Campêlo (2024), os autores apresentam um interessante trabalho em que propõem uma formalização teórica do tópico discursivo como categoria analítica para o texto multimodal. Para isso, tomam a teorização formulada por Jubran (1996) e acrescentam, nos aspectos de centração, os termos "[verbais e/ou visuais]" na concernência, "[e/ou visuais]" na relevância, e "[verbal ou multimodal]" e "[verbais e não-verbais]" na pontualização; bem como "[no plano multidimensional]" e "[entrecortamento]" no que diz respeito à organicidade. É uma investigação muito bem montada e com fundamento substancial, no entanto, vai possuir algumas diferenças em relação ao que aqui estamos a propor, tendo em vista que tentamos abarcar diversos outros mais aspectos intersemióticos-multimodais que constituem as formatações cognitivas-contextuais das topicalidades nos processos de retextualização.

[31] Em textos de predominância verbal, não há o que adaptar conceitualmente da teoria já existente, por ser já um fundamento extremamente consistente para estudos e análises.

[32] A noção de segmentos tópicos, na nossa perspectiva, diz respeito às "repartições", "divisões" ou "quebras menores" dos recursos semióticos que podem se materializar em um texto, como subdivisões máximas que se conseguir realizar de, por exemplo, um gesto, uma imagem, uma paisagem, uma feição, um link, uma cor, uma escrita, uma fala, um etc. Quer dizer, todas as semioses envolvidas na constituição de um determinado evento, a depender do olhar analítico-metodológico, podem ser segmentadas enquanto "pedaços" inerentes aos tópicos e/ou subtópicos mais gerais ou proeminentes: o que significa dizer que os seguimentos tópicos só podem ser apreendidos em concurso com todas as outras topicalidades e contextualizações envolvidas nas estratégias anunciativas-multimodais.

- a ***relevância***: é exatamente a proeminência, a saliência e o grau de importância que reveste determinada topicalidade em um texto, seja de forma direta (como ocorre mais facilidade de se observar no verbal) ou de maneira interdependente a partir da concernência; isto é, certos (sub)tópicos, enxergados em segmentação, terão "mais" ou "menos" relevância a depender da cadeia se significação que vai se montando para construção de sentidos dos tópicos mais protuberantes, e, com isso, centrar-se;
- a ***pontualização*:** seriam as ações de localizar, pontuar, focar em determinado tópico, subtópico ou segmento tópico, a partir da concernência (a integração) e da relevância (a proeminência); o que significa dizer que é exatamente no momento em que ocorre a interrelação entre a concernência e a relevância que a pontualização surge; em uma palavra, se *pontua* quando *integralizam*-se as *proeminências*.

2. no que se refere à ***organicidade***, vai dizer respeito às relações de interdependência e reciprocidade entre os tópicos, subtópicos e segmentos tópicos constituintes do evento; é a própria arrumação textual em suas [pluri-] materializações. Seguindo essa linha, as relações de interdependência vão ocorrer em dois planos:

- **hierárquico:** são os graus de abrangência ou de importância hierárquica que determinados (sub)tópicos ganham no texto, a partir dos segmentos tópicos ou recurso semióticos que carrega, constituindo-se, em maior ou menor grau, em possibilidades de significar para, assim, organizarem-se à ocorrência desta ou daquela centração;
- **semântico-sequencial:** um conjunto **sequencial/dialógico/hermenêutico** da produção de significações e de sentidos; quer dizer, no plano *semântico-sequencial*, a "linearidade" está na ordem daquilo que é possível nas sequências concomitantes da edificação semântica, e não no encadeamento linear como acontece no exclusivamente verbal (por ser impossível), mas em sequenciação organizacional das significações provocados pela hierarquização.

Trazidas as adaptações conceituais que pensamos cabíveis, reconhecemos que, em seus contextos específicos, os tópicos verbais e/ou não-verbais e/ou paraverbais constituintes de determinado texto, necessitam ser compreendidos sempre enquanto *tópicos e subtópicos intermodais*, tendo em vista que, embora possamos, científica e metodologicamente falando, efetuar múltiplas "quebras", "divisões" e "subdivisões" da topicalidade dentro do que a centração e organicidade permitem – como parte de determinada imagem ou um trecho de uma frase ou o primeiro movimento de um gesto preconceituoso, etc. –, é no intercruzamento das cooperações significativas

(os próprios tópicos e subtópicos intermodais) que se pode apreender com mais consistência quais topicalizações incorrem no texto-base e de que maneira se transmutam no fim, como, por exemplo, a solidariedade e dialogicidade imagem e fala, gesto e som, escrita e espaço, etc.

De forma mais prática, para observar o funcionamento tópico constituinte de um texto-base, poderíamos indicar algumas proposições, do tipo: *"o que se diz?", "sobre o que se diz?", "como se diz?", "como se organiza o que se diz?", "o que se diz sobre o que foi dito", "o que se diz novamente daquilo que se diz?"*, dentre diversos outros desdobramentos.

Seguindo esse raciocínio, portanto, especificamente no que concerne ao texto-fim, a preocupação teórica é, em última instância, apontar possibilidades com o fito de compreender qual(is) conjunto(s) e/ou unidades de significação que as múltiplas semiologias das (sub)topicalidades [em seus respectivos contextos] se fazem nele significar após a transmutação do base, e que possam, pelo menos em parte, ser identificáveis. A pergunta-chave seria *"ocorreu uma RI neste texto-fim?"* Se sim, *"como sucederam e de forma os processos de retextualização se montaram nele?"*. E é aí que a fundamentação entra como suporte.

Portanto, o que se retextualiza – no *stricto sensu* teórico – não são os tópicos em si, mas o conjunto de signos que os formulam e que vão ser traduzidos em outros signos; não se estabiliza manutenção interna de tópicos, mas ações transmutatória de sentidos: qualquer que seja a retextualização, ela não se mantém *ipsis verbis* nas processualidades tópicas, pelo simples fato de serem tentativas e possibilidades interpretativas de aproximação tradutória e manutenção das essências de significação que, por sua vez, vão desembocar em semioses identificáveis no gênero-fim a partir dos sentidos produzidos nas topicalidades do base. Eis a sistematicidade dos movimentos retextuais e de re-produção, concernentes na transformação de um texto em outro texto.

Reformulação e regularização texto-fim

Após as questões relativas à compreensão e às topicalidade, chegamos aos aspectos de *Reformulação e Regularização Texto-Fim*, lugar que diz respeito à própria processualidade de execução transmutatória, no que pertine ao gênero de chegada. A partir da sugestão teórica do Quadro RI, as categorias mais proeminentes desses aspectos[33] seriam:

[33] Inegavelmente há inúmeros outros aspectos e processo que podem ser observados, analisados e estudado no que se refere ao texto-fim ocorrente em uma RI. O que significa dizer que essas categorias sugeridas são apenas um ponto de partida, uma localização geral dos aspectos que podem ocorrer com mais recorrência. A teoria (e metodologia) encontra-se aberta para muito mais alargamento e contribuição.

- **Adequação gênero-fim:** é uma ação interativa de cunho cognitivo-social que – a partir do *reconhecimento* do gênero de partida – permite a adequação que culmina ou culminará no gênero da retextualização realizada. Ou seja, nos aspectos de compreensão do base acontece o *reconhecimento* do "acordo social" cabível naquela situação (o gênero) e, com isso, abre-se o leque para duas possíveis ocorrências: a primeira é a necessidade de se ter o domínio dos aspectos intersemióticos-multimodais (e sua conjuntura interativa-contextual) no momento da escolha e produção do gênero-fim; e a segunda é, já havendo uma retextualização realizada, compreender se houve a adequação ao gênero final escolhido durante o procedimento. Assim, esta é da ordem da identificação do gênero final na RI pronta; e a aquela diz respeito à capacidade/habilidade/possibilidade de construir o gênero de chegada escolhido quando se for retextualizar.
- **Propósito comunicativo:** corresponde aos processos de intencionalidade, finalidade, meta ou objetivo que ambos os textos carregam. É a partir das estratégias enunciativas-multimodais reconhecíveis nos propósitos comunicativos circundantes do gênero-base, que se processa a sistematização recodificatória no fim. O que nos leva a afirmar que, em uma RI, traços dos propósitos comunicativos do texto de saída devem ser reconhecíveis ou identificáveis no de chegada, ainda que o processo ocorra entre gêneros, modos e recursos semióticos completamente diferentes[34].
- **Eliminação:** operação que diz respeito à retirada e/ou apagamento de tópicos, subtópicos ou segmentos tópicos que constituem o texto-base e que não vão ser constituintes do fim. Tais eliminações vão acontecer sejam nos próprios modos ocorrentes (imagético, verbal, gestual, sonoro, espacial, etc.) ou nos inúmeros recursos semióticos que materializam o gênero de partida e não constarão no de chegada.
- **Acréscimo:** operação pertinente à inclusão, implementação, adição ou introdução de tópicos, subtópicos ou segmentos tópicos que não constituem o texto-base, mas que vão aparecer no texto-fim. Tais acréscimos podem acontecer sejam nos próprios modos (imagético, verbal, gestual, sonoro,

[34] Importante frisar que, em um processo de retextualização, não só a transmutação tópica vai acontecer, mas, também, a que diz respeito aos propósitos comunicativos; estes, no que aqui propomos, sempre enquanto lugar de intenção, de intuito, de objetivo, enfim, de "aquilo que se quer ou se pretende". Isto é, se um gênero-base tem o objetivo de ensinar, criticar, fazer rir, emocionar, convencer, instruir, empoderar, discutir, reclamar, elogiar, desmerecer, contar, politizar, descrever, fofocar, informar (ou inúmeras outras intenções), o gênero-fim precisa, pelo menos em parte, apresentar elementos que apontem a tais propósitos; óbvio que transmutados em outros signos. O que significa que o texto final não deve manter apenas a essência das topicalidades principais, mas, também, e com o mesmo valor de importância, os propósitos comunicativos que os tópicos e subtópicos intermodais vão poder carregar.

espacial, etc.) ou nos inúmeros recursos semióticos que vão se materializar no gênero de chegada.

- **Substituição:** operação que enseja troca, "mudança por outro", transformação em "outra coisa", permutação, remanejamento ou comutação de tópicos, subtópicos ou segmentos tópicos que constituem o texto-base e serão substituídos no fim. Essas ações podem acontecer sejam nos próprios modos (imagético, verbal, gestual, sonoro, espacial, etc.) ou nos inúmeros recursos semióticos que vão se materializar na retextualização final. A eliminação, o acréscimo e a substituição são aspectos inerentes ao próprio ato ou processo de retextualizar, por serem o núcleo mais saliente, perceptível e visível dessa forma de ação transmutatória.
- **Combinação intersemiótica:** concerne à associação, aglomerado, arranjo ou ligação que os recursos semióticos, em suas inúmeras segmentações, podem empreender entre si mesmos para, dentro de determinado supertópico contextual interativo, reproduzir tópicos, subtópicos e segmentos tópicos no procedimento de transmutação gerador de sentidos do texto-fim, sempre a partir daqueles oriundos do base.
- **Interação multimodal:** refere-se à interatividade que ocorre entre os modos verbal e/ou não-verbal e/ou paraverbal e que vai dar vida às topicalidades no texto de chegada, a partir do de saída. Esse movimento interacional entre modos é de extrema relevância à RI, face ser um fluxo em que se possibilita observar convergências e diálogos entre as topicalidades intermodais, o que demonstra a estreita relação que há entre eles num determinado texto quando materializam-se, juntos, por exemplo, fala e imagem, som e gesto ou espaço e escrita, dentre outras incontáveis possibilidades.
- **Cooperação significativa:** é uma dinâmica colaborativa de associação entre todas as semioses internas, externas, (co(n)textuais e conjunturais que fazem o gênero de chegada ganhar unidade de sentido, a partir dessa mesma dinâmica que também ocorre no inicial; isto é, trata-se do concurso ou solidariedade das condições cognitivas e contextuais imbricadas nos signos materializados em cada um dos gêneros de uma RI, como se fosse uma arquitetura de significação.

Considerações finais

Neste ensaio inicial, trouxemos, dentro da LT, uma formalização teórica que, além de definir, procurou apresentar determinadas categorias ocorrentes naquilo que denominamos RI. O intuito se sustentou na tentativa de suprir determinadas

lacunas envoltas na linha que investiga as ações do retextualizar, tendo em vista que as fundamentações disponíveis na literatura estão bem atreladas a modos específicos de ocorrência, como a oralidade e/ou a escrita. Procuramos, de fato, abarcar uma gama significativamente maior de recursos semióticos que vai refletir diretamente na aplicabilidade metodológica de/em análises nos meios acadêmico-científico e/ou educacional.

Já há um bom tempo, seja na própria literatura do assunto ou em discussões de bancas de pós-graduação, sentimos falta – nos aspectos da retextualização – de um caminho conceitual que pudesse avançar um pouco mais e dar conta de eventos textuais base e fim que pudessem explorar muito mais possibilidades modais além da verbal. Indubitavelmente, até então, tínhamos que, em determinadas ocasiões, "forçar" uma adaptação metodológica-analítica que, em alguns momentos, não demonstrava fôlego necessário ao que se procurava pesquisar ou a objetos que se gostariam de enfrentar.

Por fim, cabe ressaltar que esta pesquisa não vem para resolver o problema teórico-metodológico que possuímos acerca o assunto, até porque nunca uma determinada teoria linguística vai abarcar tudo que as intersemioticidades multimodais têm a oferecer. O que entregamos aqui, e isso parece ser o mais relevante a pontuar, desponta como mais um caminho, mais um traçado de possibilidades, e mais um lugar de estudos e abertura de portas para outros e outros avanços, os quais irão ocorrer apenas quando, de fato, o que aqui se discutiu enquanto teoria for devidamente aplicada em processualidades analíticas de dados em trabalhos reais. Que venham as pesquisas!

Referências

ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, v. 25, p. 5-23, jan.-jun. 1995. Disponível em: https://goo.gl/J5FKVn. Acesso em: 01 out. 2024.

ANTOS, G.; TIETZ, H. (org.). *Die Zukunft der Textlinguistik*. Traditionen, Transformationen, Trens. Tübingen, Niemeyer, 1997.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBISAN, L. O Conceito de Enunciação em Benveniste e Ducrot. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 23-35, dez. 2006.

BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse*: cognition, communication,and the freedom of access to knowledge and society. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães [*et al.*]. Campinas: Pontes, 1989.

BEZERRA, B. G. *Gêneros no contexto brasileiro*: questões [meta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola, 2017.

BILGER, M. ; TEBEROSKY, A. La connaissance de l'écrit chez les adultes 'illetrés. *In:* MARTY, N. (coord.). *Études de Linguistique Appliqueé*. L'Écrit dans L'Oral. Paris: Didier Erudition. 81: 49 – 55, 1991.

BLÜHDORN, H.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil. *In:* WIESER, H. P.; KOCH, I. G. V. (org.). *Linguística textual: perspectivas alemãs*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 17-46.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M. A Linguística Textual e os estudos linguísticos. *In:* LINS, M. P. P.; CAPISTRANO JÚNIOR, R.; MARLOW, R. M. (org.). *O lugar na linguística*: percursos de uma (r)evolução. Vitória: Editora do PPGEL/Ufes, 2019a. p. 97-120. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343112616. Acesso em: 21 de junho de 2024.

CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M. Organização tópica na interação em rede: aspectos textuais, contextuais e de coerência. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 13, n. 25, p. 159-180, 2019b.

CAPISTRANO JÚNIOR, R. *et al.* Organização tópica na interação em rede: aspectos textuais, contextuais e de coerência. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, 2019.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. *In*.: BENTES; A. C.; LEITE, M. Q (org.). *Linguística de texto e análise da conversação*: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-262.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* O Texto e suas propriedades definidoras: definindo perspectivas para análises. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Desafios da Linguística Textual no Brasil. *Intersecções*, 18. ed., ano 9, n. 1, 2016.

CAVALCANTI, P. B. *A tradução intersemiótica em gêneros multimodais*: retextualização e produção inferencial. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Unidade Acadêmica de Garanhuns, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

CUSTODIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações*: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 2011. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DELESALLE, S; CHEVALIER, J. C. *La linguistique, la grammaire et l'école* (1750-1914). Paris: Armand Colin, 1986.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DIKSON, D. A retextualização escrita-escrita. *Revista Brasileira em Linguística Aplicada*, v. 18, n, 3, p. 503-509, 2018.

DIKSON, D. *Da escrita para a escrita*: aspectos e processos em retextualização. Recife: EDUFRPE, 2019.

DIKSON, D. Do Texto à Linguística Textual: Entre uma "nova fase" e "velhos" desafios. *Revista Diálogos: Linguística e Literatura*, v. 12, n. 3, p. 1-26, set./dez. 2024.

DIONISIO, A. P.; VASCONCELOS, L. J. Multimodalidade, gênero textual e leitura. *In:* BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (org.). *Múltiplas linguagens para o Ensino Médio.* São Paulo: Parábola, 2013. p. 19-42.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B,; HALLER, S. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. *In:* SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização de Roxane H. R. Rojo e Glaís S. Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 149-214

ELIAS, V. M. Estudos do texto, multimodalidade e argumentação: perspectivas. *ReVEL*, edição especial, v. 14, n. 12, p. 191-206, 2016.

FÁVERO, L. L. *Linguística Textual:* Introdução. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FÁVERO, L. L. O tópico discursivo. *In*. PETRI, D. (org.). *Análise de textos orais*. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1997. p. 33-54.

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FÁVERO, L. L. Linguística Textual – História, Delimitações e Perspectivas. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 25, n. 13, p. 12-24, 2019.

FÁVERO, L. L. *et al.* Topicalidade em comentários on-line do Instagram. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, Vitória, v. 15, n. 31, p. 146-169, 2021.

FÁVERO, L.; KOCH, I. *Lingüística textual*: Introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

FÁVERO, L. L.; PASCHOAL, M. S. Z. (org.) Linguística Textual; texto e leitura. São Paulo; PUC-SP, 1985.

FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. A escrita como trabalho. *In*.: MARTINS, Maria H. (org.). *Questões de Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 54-63.

FONTANILLE, J. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. *In:* DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (org.) *Semiótica e mídia — textos, práticas, estratégias*. São Paulo: Unesp/Faac, p. 15-74, 2008.

FREITAS, V. S; DIKSON, D. Retextualizando das fábulas aos quadrinhos: Um estudo sobre os aspectos da retextualização escrita em sala de aula. *Revista Entretextos*, Londrina, v. 20, n. 20, p. 145-174, jul.-dez., 2020.

GOMES, L. F. *Hipertextos Multimodais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic*. London: Edward Arnold, 1978.

HEBLING, C. B. *Atividades de reformulação na conversação entre afásicos e não-afásicos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

HODGE, R.; KRESS, G. *Social Semiotics*. London: Polity Press,1988.

HOFFMANN, G. F. *Retextualização multimodal*: o fazer tradutório do designer educacional. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação.* São Paulo: Cultrix, 1975.

JEWITT, C. *The Routledge Handbook of Análise Multimodal*. London: Routledge, 2009.

JEWITT, C. Multimodal methods for researching digital technologies. *In:* PRICE, S.; JEWITT, C.; BROWN, B. *The SAGE Handbook of Digital Technology*. Londres: Sage, 2012. p. 250-265. Disponível em: http://eprints.ncrm.ac.uk/2886. Acesso em: 4 mar. 2014.

JEWITT, C.; KRESS, G. R. (ed.). *Multimodal Literacie*. New York: Peter Lang, 2003.

JUBRAN, C. C. A. S. *et al.* Organização tópica da conversação. *In:* ILARI, R. (org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Unicamp, 1996, v. 2. p. 357-397.

KOCH, Ingedore G. V. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore G. V. A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional. *In:* BARROS, K.S.M (org.). *Produção textual*: interação, processamento, variação. Natal: EDUFURN, 1999a. p. 69-80.

KOCH. I. G. V. Expressões referenciais definidas e sua função textual. *In:* DUARTE, L. P. (org.). *Para sempre em mim*: homenagem a Ângela Vaz Leão. Belo Horizonte: CESPUC, 1999b. p. 168-150.

KOCH. I. G. V. *Referenciação:* construção discursiva. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para Titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP, dez. 1999c.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, I. G. V. Linguística Textual: Quo Vadis? (Textlinguistics: Quo Vadis?). *DELTA*. n. 17, p. 11-23, 2001.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. G. V. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. G. V. Referenciação e orientação argumentativa. *In:* KOCH, I.; MORATO E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Fontes, 2006.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*: trajetórias e grandes temas. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KOCH, I. G. V. *Ler e compreender os sentidos dos textos* 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I.; ELIAS, Vanda Maria. O texto na linguística textual. *In:* BATISTA, R. de O. (org.). *O texto e seus contextos*. São Paulo: Parábola, 2016. p. 31-44.

KOCH, I.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH. I. G. V; ELIAS, V. M. O texto na linguística textual. *In:* BATISTA, R. de O. (org.). *O texto e seus contextos.* São Paulo: Parábola, 2016, p. 31-44.

KOCH. I. G. V.; TRAVAGLIA, L.C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

KOCH. I. G. V.; TRAVAGLIA, L.C. *A Coerência Textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

KRESS, G. What is Mode? *In:* CAREY, J. (ed.) *The Routledge Handbook of Multimodal Analysis*. New York: Routledge, 2009. p. 54-67.

KRESS, G. *Multimodality*: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication. New York: Routledge, 2010.

KRESS, G.; van LEEUWEX. *Reading images*: the grammar of visual design. 2. ed. London; New York: Routledge, 2006.

KRESS, G; van LEEUWEN, T. *Multimodal Discourse*. The modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001.

KRESS, G. *et al.* Semiótica Discursiva. *In:* VAN DIJK, T. A. *El discurso como estructura y processo.* Barcelona: Gedisa Editorial, 2001. p. 335-371.

LEEUWEN, T. van. *Introducing Social Semiotics*. Londres: Routledge, 2005.

LEITE, R. M. M.; DIKSON, D. Uma proposta de retextualização multimodal em sala de aula: a topicalização na passagem da crônica aos quadrinhos. *Cadernos da Fucamp*, v. 22, n. 59, p. 41-63, 2023.

LEMKE, J. L. Travels in Hypermodality. *Visual Communication*, Londres, v. 1, n. 3, p. 299-325, 2002. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Jay_Lemke/publication/240697247_Travels_in_hypermodality/links/02e7e5307fab6e147e000000.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

LIMA, G.; ZANI, J. B. Da fábula escrita à fábula teatralizada: processos de retextualização em um minicurso para professores. *Revista Linguagem em Discurso*, Tubarão, v. 24, p. 1-16, 2024.

LINS, M. P. P. *O tópico discursivo em textos de quadrinhos*. Vitória: Edufes, 2008.

LINS, M.P.P.; CAPISTRANO JÚIOR, R.; MARLOW, R. M. (org). *O lugar na linguística*: percursos de uma (r)evolução. Vitória: PPGEL-UFES, 2019.

LUCAS JUNIOR, J. O.; DIKSON, D. Processamento textual e estratégias cognitivas no trabalho com crônicas em sala de aula. *Antares*: Letras e Humanidades, v. 14, n. 32, p. 334-359, jan./abr., 2022.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de Texto*: o que é e como se faz. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSHI, L. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. *In:* MAGALHÃES CAVALCANTE, M.; BIASI RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (org.). *Referenciação*. São Paulo, Contexto, 1995. p. 17-52.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *Scripta*, v. 6, n. 11, p. 109-122, 2. Sem., 2012.

NASCIMENTO, L. A. B.; DIKSON, D. Sala de aula e retextualização: aspectos e processos na passagem dos quadrinhos para a crônica. *Cadernos da Fucamp*, v. 30, p. 171-185, 2024.

NEIS, I. A. Por uma gramática textual. *Letras de Hoje*, v. 44, p. 35-52, 1981.

PINHEIRO, C. L.; CAMPÊLO, M. R. B. O tópico discursivo como categoria analítica para o texto multimodal: proposta de formalização teórica. *Todas as Letras* – Revista de Língua e Literatura, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 1-13, maio-ago. 2024.

PLAZA, J. *Tradução Intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PLAZA, J.; TAVARES, M. *Os processos criativos com os meios eletrônicos*: poéticas digitais. São Paulo: Hucitec, 1998.

TRAVAGLIA, N. G. *Tradução retextualização*: a tradução numa perspectiva textual. Uberlândia: Editora da UFU, 2003.

TORRES, A. B.; DIKSON, D. Da notícia ao conto de mistério: A construção do Tópico Discursivo em processos de Retextualização na sala de aula. *Seda*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 38-59, 2018.

VERCEZE, R. M. A. N.; NOGUEIRA, E. S. Fala versus escrita: atividades de retextualização. *Zona de Impacto*, Rio de Janeiro: IBCT, v. 4, ano 8, nov. 2005.

WHITE, H. *Meta-História:* a imaginação histórica do século XIX. Tradução de José Laurênio Melo. São Paulo: Editora da USP, 1995.